

*ame*

*P.R.* — Mandato

# Votação do mandato indefinida; cinco anos tem vantagem

**CLÓVIS ROSSI**

Enviado especial a Brasília

A Comissão de Sistematização do Congresso constituinte vota hoje a duração do mandato do presidente José Sarney — item que consta das Disposições Transitórias, ou Título 9º do texto elaborado pelo relator Bernardo Cabral — em um clima de absoluta indefinição. As contas feitas por dois dos mais empenhados articuladores, um favorável a quatro anos (o vice-líder peemedebista Antônio Britto) e, o outro, pró-cinco anos (Luiz Eduardo Magalhães, filho do ministro Antônio Carlos Magalhães), mostram claramente a indefinição: os votos fechados mesmo em favor de uma ou outra postura não chegam à maioria absoluta de 47 votos.

Por isso mesmo, Britto, com a experiência de quem era jornalista político até eleger-se deputado em 86, sugere até a seguinte abertura para um eventual texto sobre a votação de hoje: "Sete constituintes foram dormir ontem valendo um ano a mais ou a menos para o mandato do presidente Sarney" (nas contas de Britto, são sete os indefinidos).

Luiz Eduardo Magalhães (PFL-BA) segue uma tônica semelhante, ainda que algo mais afirmativa: "Os cinco anos vão ganhar, mas, nesta Comissão, nunca se pode ter certezas definitivas."

O parlamentar baiano tem toda a razão: tanto ele como Britto erraram nas suas avaliações a respeito, por exemplo, de Bernardo Cabral (PMDB-AM). O relator da Sistematização está listado, pelos dois, como favorável aos seis anos de mandato para Sarney, mas à Folha Cabral disse ontem que seu voto pelo seis anos é apenas em tese. "Na prática, voto como votar a maioria do PMDB" (a maioria do PMDB é "quatroanista").

Nesse cenário, o tradicional jogo do "já-ganhou", habitual em eleições

e/ou votações políticas, perde consistência. Basta saber que o ministro de Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente, Prisco Viana, o principal operador político do Palácio do Planalto, disse ao repórter Roberto Lopes, da Folha, que "no mínimo, os cinco anos obterão 53 votos" (seis a mais do que a maioria absoluta, portanto). Mas, no próprio Palácio, a Folha obteve outro cálculo, mais reduzido: os cinco anos devem passar, sim, mas com apenas cinquenta votos.

## Mudança de clima

Outro dado que demonstra a indefinição é a mudança permanente do clima que se percebe no Congresso Nacional, seja nos corredores, seja no plenário da Câmara, onde se reúne a Sistematização: até o final da semana passada, os quatro anos pareciam simplesmente inevitáveis. A partir da quarta-feira, o cenário mudou e os cinco anos chegaram a uma posição semelhante à que a tese oposta desfrutava na semana anterior. Na quinta-feira, poucas mudanças. Mas, sexta-feira e ontem, o clima de virtual empate era o dominante.

Até Daso Coimbra (PMDB-RJ), um dos coordenadores dos cinco anos e considerado perito em contas sobre votações congressuais, admitia uma regressão nos seus cálculos otimistas, atribuindo-o à ofensiva dos cinco governadores (Orestes Quércia, Moreira Franco, Waldir Pires, Miguel Arraes e Pedro Simon) que se reuniram no Rio, no último fim-de-semana, e decidiram apoiar os quatro anos.

É exagero: apenas Arraes está, de fato, na ofensiva. Ele despachou para Brasília seu secretário de Governo, Marcus Cunha, que, antontem, reunido com constituintes, transmitiu a seguinte avaliação do governador pernambucano: "Cinco anos com presidencialismo é abrir espaço para o golpe."

Os demais quatro governadores foram ou prudentes ou omissos. Quércia, por exemplo, defendeu os cinco anos, mas não pediu votos. Em compensação, deixou que seu vice-governador, Almino Afonso, viesse a Brasília, para, em reunião na noite de antontem com sete constituintes, fazer a mesma análise de Arraes.

O trabalho de Almino pode acabar sendo decisivo, nesse cenário nebuloso: dois de seus interlocutores (o gaúcho Ibsen Pinheiro e o pernambucano Oswaldo Lima Filho, ambos do PMDB) figuram na lista dos "cincoanistas", tanto na avaliação de Britto como na de Luiz Eduardo Magalhães. Mas, ao final da reunião, deixaram a impressão de que estão balançando. Quem já não balança é Francisco Dornelles (PFL-RJ), voto tido como certo, inicialmente, pelos "cincoanistas". Ontem, Dornelles abriu seu voto, a favor dos quatro anos, atitude que será até acompanhada de declaração de voto.

Antontem, fracassou a última tentativa, feita por Prisco Viana, para arrebanhar Dornelles de volta aos cinco anos. O deputado disse ao ministro que votaria cinco anos se houvesse uma reunião da bancada do PFL (toda ela e não apenas dos 24 que fazem parte da Sistematização) e ficasse evidenciada uma clara maioria pelos cinco anos. O líder pefelista na Câmara, José Lourenço (BA), negou-se a convocar a reunião: "A bancada está dividida, ia sair tiro-teio", reconheceu.

A indefinição vai varar a noite, no último corpo-a-corpo, a ser travado em reuniões fechadas que girarão muito em torno da combinação sistema de governo-mandato. Antes do mandato, a Sistematização vota a data de implantação do parlamentarismo (já aprovado nas disposições permanentes) e como será a transição. Dependendo do resultado, os ainda indecisos farão o seu jogo.



Os deputados Dornelles (PFL-RJ), à dir., Fernando Henrique (PMDB-SP) e Genoíno (PT-SP) conversam no plenário

## Políticos são cautelosos às vésperas do voto

Editoria de Arte

**JOÃO BATISTA NATALI**

Enviado especial a Brasília

### PROGNÓSTICOS DA VOTAÇÃO DO MANDATO

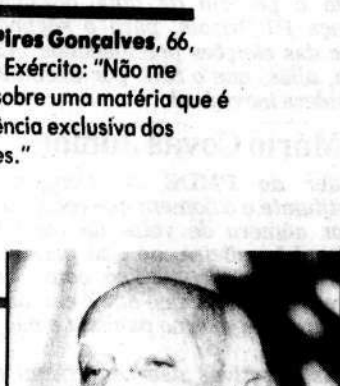
**Luís Inácio Lula da Silva**, deputado federal e líder do PT no Congresso constituinte: "Passarão os quatro anos, por um resultado que variará de 49 a 44 ou de 47 a 46. Se não for assim, o PMDB estará desmoralizado."



**José Richa**, 53, senador (PMDB-PR): "Nunca faço prognósticos para depois não me frustrar."



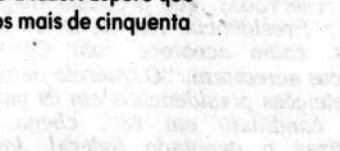
**Mário Covas**, 57, líder do PMDB no Congresso constituinte: "Calculo que sejam aprovados os quatro anos, por 49 a 44."



**Leonidas Pires Gonçalves**, 66, ministro do Exército: "Não me pronuncio sobre uma matéria que é de competência exclusiva dos constituintes."



**Ulysses Guimarães**, 71, deputado federal, presidente do PMDB, da Câmara dos Deputados e do Congresso constituinte: "Deve passar a proposta dos cinco anos, mas por uma margem bastante reduzida."



**Antônio Carlos Magalhães**, 60, ministro das Comunicações: "Vamos vencer (cinco anos), mas não tenho prognóstico a fazer. Espero que obtenhamos mais de cinquenta votos."

